

O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências*

Maria Isabel Herz da Jornada**

Socióloga da FEE.

Resumo

O foco deste artigo são as mudanças que marcaram o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, no período de vigência do Programa de Estabilização Econômica — Plano Real —, tomando-se como referência o movimento dos principais indicadores do mercado de trabalho nacional. O período de análise inicia em 1993, ano que antecede o Plano Real, e finda em 2002, último ano para o qual se dispõe de informações da PNAD-IBGE, a fonte de dados utilizada no estudo. As principais evidências — aumento do contingente de trabalhadores em ocupações consideradas de vínculos precários, ampliação do desemprego, rendimentos médios reais em queda nos últimos anos do período, ritmo contido de expansão do nível de ocupação — apontam a deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, o que foi mais duramente sentido no RS.

Palavras-chave

Mercado de trabalho; ocupação; desemprego.

* Este artigo é parte de um estudo maior sobre as repercussões do Plano Real no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, desenvolvido no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE pela autora, conjuntamente com Sheila S. W. Sternberg e Ilaine Zimmermann, com quem é compartilhado o esforço de análise.

** A autora agradece muito especialmente à Sheila S. W. Sternberg, pela permanente e atenciosa interlocução, ao NET, pelo tratamento dos dados estatísticos, ao Fernando Gutheil, estagiário de Economia, pela responsável tabulação da massa de dados, e ao Flávio Fligenspan, mais do que pelas críticas e sugestões, pelos ensinamentos de conjuntura econômica.

Abstract

This article aims to investigate the changes in the labor market of Rio Grande do Sul throughout the period of the implementation of the stabilization program — Real Plan —, taking as reference the behavior of some indicators of the Brazilian labor market. For this, the period 1993-2002 was analyzed taking an annual household survey (PNAD-IBGE) as data source. The principal results — the increasing in the number of non-registered workers, the growth of unemployment, the decreasing in the last years of the period in the real income and the small elevation in the occupation level — show that labor market conditions are getting worse, affecting specially the Rio Grande do Sul.

Artigo recebido em 09 jul. 2004.

Introdução

A implantação do Programa de Estabilização Econômica — Plano Real —, em 1994, foi precedida pelo aprofundamento do processo de abertura da economia no início da década de 90, o que significou uma liberalização comercial sem precedentes na história do Brasil. A eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias repercutiu fortemente na balança comercial, verificando-se um aumento da participação das exportações e das importações no PIB nacional. A entrada maciça dos importados no mercado brasileiro exigiu das empresas, especialmente das industriais, o enfrentamento de um duro processo de reestruturação tanto na esfera organizacional quanto na tecnológica, para tornar os produtos brasileiros mais competitivos, o que resultou na queima de milhares de postos de trabalho na indústria.

O Plano Real surgiu num contexto de descontrole inflacionário como um instrumento de estabilização dos preços internos, fundamentado na articulação entre o aumento acelerado das importações e a absorção de recursos estrangeiros, para fechar o rombo que se abriria nas contas externas. O eixo da política econômica foi a “âncora cambial” — a sustentação da valorização da moeda nacional —, associada a uma política de juros elevados, o que propiciou a maior competitividade dos produtos importados e, em consequência, demandou

ajustes ainda mais profundos em termos de aumento da produtividade, afetando intensamente o desempenho do mercado de trabalho. O destaque positivo ficou por conta dos ganhos reais generalizados nos rendimentos do trabalho verificados nos anos imediatamente subseqüentes à implantação do Plano Real. Todavia foi algo bem circunscrito a esse curto período e com ênfase no informal.

O setor exportador foi severamente atingido pela desvalorização do dólar frente ao real, o que provocou um recuo na atividade, com o conseqüente fechamento de empresas e a dispensa de trabalhadores, o qual foi especialmente sentido no Rio Grande do Sul, que tem no mercado externo um importante dinamizador da sua economia. Uma das principais indústrias gaúchas, a de calçados, fortemente vinculada ao mercado internacional, foi duramente afetada pelas restrições às exportações — decorrentes da sobrevalorização cambial — e pela própria concorrência com os produtos importados, especialmente da China.

No início de 1999, a partir da desvalorização da moeda — imposta pelo mercado —, montou-se um novo cenário, de mudança do regime cambial, abandonando-se a âncora cambial em favor do câmbio flutuante. O setor exportador foi um dos primeiros beneficiados pela segunda fase do Plano Real, observando-se uma repercussão praticamente imediata no Rio Grande do Sul, expressa no crescimento mais favorável do PIB estadual frente ao nacional e no crescimento da ocupação na indústria, já entre 1998 e 1999, antes de qualquer reação do agregado nacional. Os efeitos desse novo momento da política econômica sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Estado parecem ter sido favoráveis, basta ver o volume de postos de trabalho gerados nos anos subseqüentes. Mesmo assim, deve-se considerar que a elevada volatilidade do câmbio pode ter contribuído para aumentar o grau de incerteza no processo de tomada de decisões de investimento, contendo a marcha no mercado de trabalho.

A análise realizada centra-se nas mudanças que marcaram o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, no período de vigência do Plano Real, tomando-se como referência o movimento dos principais indicadores do mercado de trabalho nacional, o qual, nos anos 90, mostrou sinais inequívocos de deterioração. A ausência de uma política de crescimento econômico sustentado, aliada ao movimento de reestruturação produtiva que tomou corpo na década, imprimiu uma nova feição ao mercado de trabalho. A perda de qualidade das ocupações geradas pela economia, em virtude do avanço da informalidade, e a exclusão, devida ao aumento do desemprego e da seletividade do mercado de trabalho, afirmaram-se como tendências dos anos 90.

O presente estudo lidou com uma massa tão grande de dados que, para a sua viabilização neste espaço, se optou por uma abordagem panorâmica (à semelhança de um resumo executivo) que espelhasse o movimento mais geral

do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, contrastado com o do Brasil. O período de referência da análise inicia em 1993, ano que antecede as mudanças do Plano Real, e finda em 2002, último ano da publicação da PNAD-IBGE, a fonte de dados aqui utilizada. Adverte-se para as lacunas na série histórica — 1994 e 2000 —, em virtude da inexistência da PNAD nesses anos. No primeiro item deste artigo, após esta **Introdução**, contempla-se a dimensão demográfica que dá sustentação para o entendimento das mudanças no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito à oferta de força de trabalho. No segundo item, sublinham-se as principais tendências da ocupação, desdobrando-se em subitens que dão conta da qualidade dos postos abertos, das alterações no perfil da ocupação, da evolução dos rendimentos médios reais — com destaque para as diferenciações no tocante às posições na ocupação —, e, por fim, no último item, traça-se a evolução do desemprego por atributos.

1 - Breves considerações sobre o movimento demográfico

O entendimento das alterações no mercado de trabalho passa, necessariamente, pelo enfoque demográfico, já que a oferta potencial de força de trabalho está regulada pela dinâmica populacional. Inicia-se, assim, pelas evoluções da População em Idade Ativa (PIA) — parcela dos indivíduos com 10 anos e mais de idade — e da População Economicamente Ativa (PEA) — parcela da PIA ocupada e desocupada em determinado período de referência.¹ A PIA aumentou a sua participação na população total no RS e no Brasil, passando, no Estado, de 80,3% da população total em 1993 para 83,9% em 2002 e, no País, de 78,3% para 81,1%. Por sua vez, as taxas de crescimento da PIA e da PEA no período 1993-2002 mostraram uma visível diferença entre o RS e o Brasil: no primeiro, a PIA cresceu a uma velocidade maior do que a PEA (16,0% contra 12,0%), e, no último, PIA e PEA estiveram muito próximas (20,9% contra 21,3%).

Como decorrência desses movimentos, a taxa de participação — percentual da PIA que se encontra economicamente ativa — sofreu retração no RS e manteve-se estável no Brasil. No Estado, a taxa caiu de 69,3% em 1993 para

¹ Neste estudo, utilizaram-se os dados da PNAD, que considera como período de referência a semana do levantamento. Deve-se registrar ainda que os indivíduos que estiverem desocupados, para constar na PEA, devem estar procurando trabalho no período de referência.

67% em 2002, notando-se uma queda contínua de 1993 a 1996 e uma recuperação em 1997. No País, a taxa de participação foi a mesma nas duas pontas, em torno de 61%, ainda que, na maior parte do período, ela tenha se situado em torno dos 60,5%. Verificaram-se, pois, taxas de participação mais altas no cenário estadual do que no nacional (Tabela 1).

Tabela 1

Evolução da PIA e da PEA e taxa de participação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993-2002

DISCRIMINAÇÃO	1993	1995	1996	1997
Rio Grande do Sul				
PIA	7 543 908	7 805 755	7 967 366	8 015 350
PEA	5 225 959	5 291 243	5 233 630	5 369 428
Taxa de participação (%)	69,27	67,79	65,69	66,99
Brasil (1)				
PIA	116 115 478	120 936 407	123 623 557	125 081 924
PEA	70 965 378	74 138 441	73 120 101	75 213 283
Taxa de participação (%)	61,12	61,30	59,15	60,13
DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2001	2002
Rio Grande do Sul				
PIA	8 159 571	8 168 879	8 577 469	8 752 290
PEA	5 392 199	5 454 502	5 720 585	5 854 389
Taxa de participação (%)	66,08	66,77	66,69	66,89
Brasil (1)				
PIA	127 732 727	130 095 790	137 686 979	140 353 001
PEA	76 885 732	79 315 287	83 243 239	86 055 645
Taxa de participação (%)	60,19	60,97	60,46	61,31

FONTES: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1993; 1995-1999; 2001-2002.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Esses dados colocam em evidência a pressão sobre o mercado de trabalho, já que a PEA expressa a oferta efetiva de força de trabalho. No Rio Grande do Sul, somaram-se 628.430 indivíduos à PEA no período, enquanto, no Brasil, foram 15.090.267 novos ingressos.

Outra transformação de cunho demográfico a incidir no mercado de trabalho são as mudanças que estão se processando no perfil da PIA e da PEA.

As mulheres constituem a maior parcela da PIA no RS e no Brasil. Na PIA estadual, a variação mais expressiva do contingente masculino frente ao feminino (17,7% e 14,5% respectivamente) fez a participação das mulheres declinar levemente de 52,2% para 51,5% em 2002. No Brasil, diferentemente, o maior crescimento do número de mulheres (21,8% contra 19,9% dos homens) manteve a participação feminina praticamente inalterada na PIA — 51,4% no início da série e 51,8% no final. O contrário verificou-se na PEA, em que predominaram os homens. No RS, as mulheres e os homens economicamente ativos experimentaram taxas de crescimento próximas, 12,8% e 11,4% respectivamente, o que repercutiu na manutenção da participação feminina no mesmo patamar, ao redor dos 44%. No Brasil, a taxa de variação da PEA feminina foi acentuadamente maior do que a masculina (30,1% e 15,5% respectivamente), o que ampliou a participação das mulheres na PEA de 39,6% para 42,5%.

A média etária da PIA foi maior no Rio Grande do Sul — onde se elevou de 34,8 anos para 36,5 — do que no Brasil — onde passou de 32,8 para 34,4 anos. O mesmo verificou-se com a PEA, que teve a sua idade média aumentada de 35,8 anos para 37,5 anos no RS e de 33,8 anos para 35,5 no Brasil. Isso decorreu de uma diminuição da participação dos estratos etários mais jovens e de um conseqüente aumento dos estratos mais avançados.

A condição de escolaridade da PIA e da PEA melhorou ao longo do período, avançando, no RS, de uma média de 5,9 anos de estudo em 1993 para 6,9 em 2002, no caso da PIA, e de 6,3 para 7,4 anos de estudo no caso da PEA. O Brasil parte de uma condição inferior à do Estado para, no final, praticamente se igualar. A PIA, de uma escolaridade média de 5,4 anos de estudo passou para 6,6, e a PEA passou de 5,9 para 7,4 anos de estudo. Considerando-se exclusivamente esse indicador, observa-se que o Estado perdeu a sua vantagem histórica em relação à média do agregado nacional. Apesar dos avanços, o nível de escolaridade ainda é baixo, pois, na média, não se alcançou, nem para a PIA nem para a PEA, o equivalente ao ensino fundamental completo.

2 - O mercado de trabalho sob o Plano Real

2.1 - Evolução do nível de ocupação

O nível de ocupação no ano que antecedeu o Plano Real, 1993, era de 5.017.430 postos de trabalho preenchidos no RS e de 66.569.757 no Brasil, sendo que, nove anos depois, sob a vigência do Plano Real, o patamar de ocupação era de 5.463.661 no Estado e de 78.179.622 no Brasil, ou seja, entre 1993 e 2002 verificou-se uma geração líquida de 446.231 postos no RS e de 11.609.865 no País. Em termos relativos, o crescimento da ocupação foi muito menor na esfera estadual (8,9%) do que na nacional (17,4%). Assim, o Estado, que era responsável por 7,5% da ocupação gerada no País em 1993, chegou, em 2002, com 7% dos ocupados (Tabela 2).

Tabela 2

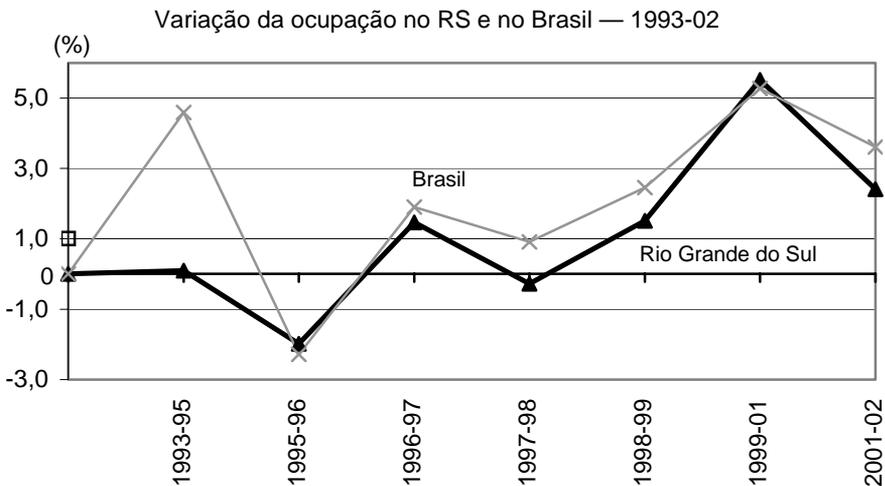
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por setores de atividade no trabalho principal, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	1993	2002	Δ%
RIO GRANDE DO SUL			
Total	5 017 430	5 463 661	8,9
Primário	1 555 648	1 463 853	-5,9
Secundário	1 130 067	1 289 541	14,1
Indústria de transformação	837 420	938 022	12,0
Terciário	2 208 565	2 685 531	21,6
Atividades mal definidas ou não declaradas	123 150	24 736	-79,9
BRASIL			
Total	66 569 757	78 179 622	17,4
Primário	18 253 856	16 141 333	-11,6
Secundário	13 775 594	16 689 825	21,2
Indústria de transformação	8 539 323	10 568 997	23,8
Terciário	33 151 218	45 148 357	36,2
Atividades mal definidas ou não declaradas	1 389 089	200 107	-85,6

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1993; 1995-1999; 2001-2002.

A evolução do nível de ocupação ano a ano mostra que o Rio Grande do Sul acompanhou o Brasil em termos de tendência com intensidades distintas, exibindo quase sempre taxas de variação menores, mesmo quando se registrou queda. Tem-se, assim, que o nível de ocupação no mercado de trabalho gaúcho apresentou uma quase-estabilidade entre 1993 e 1995, diferentemente do brasileiro, que cresceu 4,6%. Entre 1995 e 1996, observou-se um recuo de 2% no RS e de 2,3% no Brasil; entre 1996 e 1997, registrou-se elevação de 1,5% no RS e de 1,9% no Brasil; entre 1997 e 1998, o nível de ocupação experimentou uma levíssima queda (-0,3%) no RS e um pequeno crescimento (0,9%) no Brasil; entre 1998 e 1999, o RS voltou a crescer (1,5%), e o Brasil alcançou 2,4%. Entre os anos de 1999 e 2001, o crescimento da ocupação foi expressivo, praticamente igual no RS e no Brasil, 5,5% e 5,3% respectivamente; entre 2001 e 2002, manteve-se o crescimento, com uma taxa de 2,4% no RS e de inéditos 3,6% no Brasil, a maior taxa anual do período (Gráfico 1).

Gráfico 1



FONTE: PNAD-IBGE.

Sinteticamente, pode-se observar, a partir de 1999, uma nítida inflexão da ocupação para patamares mais altos, indicando que a adoção do câmbio flutuante em 1999 repercutiu favoravelmente sobre a ocupação.

Sob a ótica setorial (Tabela 2), constatam-se, entre 1993 e 2002, um recuo no contingente de ocupados nas atividades primárias — mais acentuado no

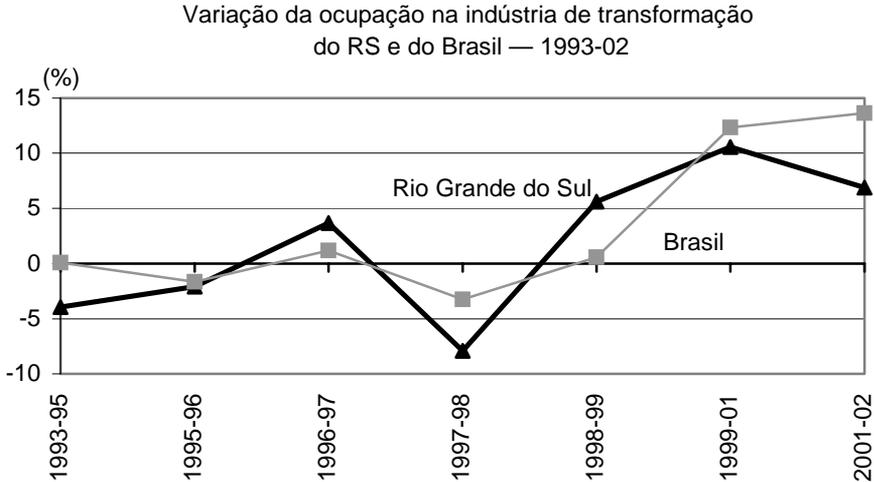
Brasil (-11,6%) do que no RS (-5,9%) — e o crescimento nas atividades urbanas. O Setor Terciário exibiu o crescimento mais expressivo, muito maior no Brasil (36,2%) do que no RS (21,6%); o Secundário teve um incremento de 21,2% no Brasil e de 14,1% no RS, verificando-se uma ampliação de 23,8% no estoque dos ocupados na indústria de transformação do Brasil, enquanto, no RS, o impulso foi bem menor, de 12,0%. As participações relativas de cada um dos setores no congêneres nacional também se alteraram em função dessas diferentes cadências: o Setor Primário gaúcho ampliou a sua participação de 8,5% para 9,1%, enquanto o Secundário e o Terciário perderam importância relativa — o Secundário estadual passou de 8,2% de participação na ocupação do congêneres brasileiro para 7,7%, e o Terciário, de 6,7% para 5,9%.

A estrutura setorial da ocupação modificou-se, especialmente no Brasil, onde se inverteram as posições relativas dos Setores Primário e Secundário. O Terciário aparece em primeiro plano, no início e no final da série, nos dois espaços — no RS, com 44,0% dos ocupados em 1993 e com 49,1% em 2002, e, no Brasil, com 49,8% e 57,7% respectivamente. O Secundário passou da terceira para a segunda posição no Brasil, em 2002, enquanto, no RS, permaneceu o terceiro em importância em termos de volume de postos de trabalho — 22,5% do total dos ocupados em 1993 e 23,6% em 2002, no RS, e, no Brasil, 20,7% e 21,3% respectivamente. O Primário, que foi deslocado para a terceira posição no País, conservou-se em segundo lugar no Estado, onde respondia por 31,0% dos ocupados em 1993 e 26,8% em 2002, enquanto, no Brasil, respondia por 27,4% e 20,6% respectivamente.²

Ao olhar o movimento no interior do período, destaca-se o Terciário como o único setor com crescimento praticamente contínuo nos dois espaços, ao contrário do Secundário, em que o nível de ocupação se contraiu em duas oportunidades no RS e em três no Brasil. Os movimentos de retração foram mais intensos na indústria de transformação gaúcha do que na brasileira; no entanto, a indústria de transformação sul-rio-grandense arrancou na frente da brasileira, em resposta à desvalorização cambial de janeiro de 1999, ao alcançar uma taxa de crescimento de 5,6% entre 1998 e 1999, quando nacionalmente recém se esboçava uma reação, expressa na taxa de 0,6%. Nos anos subsequentes, o Brasil voltou a superar o RS, com variações de 12,3% entre 1999 e 2001 e de 13,6% entre 2001 e 2002, enquanto a indústria de transformação gaúcha crescia 10,6% e 6,9% respectivamente (Gráfico 2).

² O complemento para fechar 100% é a categoria atividades mal definidas ou não declaradas.

Gráfico 2



FONTE: PNAD-IBGE.

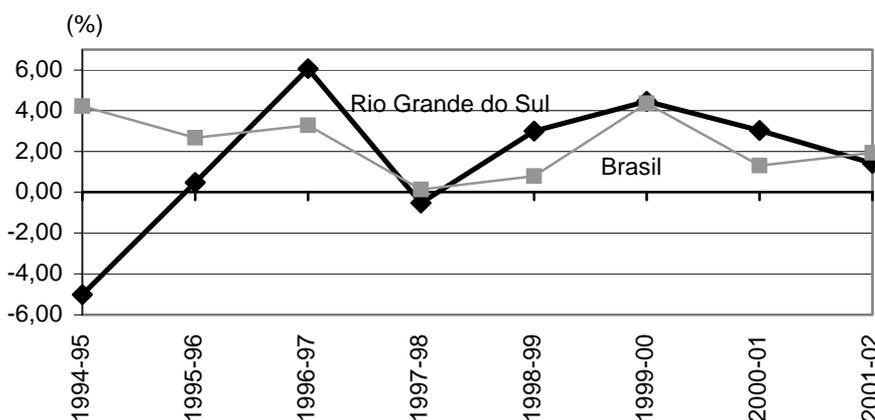
É possível supor que a mudança na política cambial, no início de 1999, repercutiu mais rapidamente no nível de ocupação da indústria do RS em razão do impacto no setor exportador, já que o Estado tem, no mercado externo, um dos seus principais dinamizadores. O Setor Primário estadual, por sua vez, teve quedas contínuas até 1998, enquanto, no âmbito nacional, as quedas foram alternadas ao longo de todo o período.

A performance da ocupação está respondendo à demarcação do ambiente econômico. A primeira fase do Plano Real (1994 a 1998) — na qual se verificaram a queda significativa da inflação, a valorização cambial e o aprofundamento do processo de liberalização comercial, além da intensificação de reformas econômicas, como a privatização de empresas estatais — correspondeu a um crescimento econômico frágil e oscilante, com uma taxa de crescimento médio anual do PIB nacional de 3,2%. Para o Estado, o impacto foi mais severo, o PIB do RS cresceu a um ritmo bem inferior, a uma taxa média anual de 1,2%, o que deve ter deixado o mercado de trabalho gaúcho, especialmente no tocante à ocupação na indústria, em desvantagem frente ao nacional. Os prejuízos da sobrevalorização cambial para o setor exportador foram duramente sentidos na economia gaúcha. A mudança no regime cambial, no início de 1999, que desafogou as exportações, parece ter tido um rebatimento quase imediato no Estado, que arrancou na frente não só no nível de ocupação na indústria, como recém-visto,

mas, sobretudo, no desempenho da atividade econômica, com um crescimento do PIB de 3,0% em 1999, muito acima do PIB nacional, que teve uma taxa de 0,8%. Nesta segunda fase do Plano Real, que se inaugurou em 1999, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,1%, abaixo do PIB do RS, que alcançou uma taxa média anual de 2,9%, considerando-se o subperíodo 1999-02 (Gráfico 3).

Gráfico 3

Variação do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1993-02



FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

2.2 - A evolução por posição na ocupação: sinalizando os rumos

A década de 90 teve como uma de suas características a deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, expressa na precarização dos vínculos e nas condições de trabalho e, sobretudo, na elevação das taxas de desocupação. A análise da ocupação sob a ótica da posição na ocupação permite uma apreensão mais qualificada das repercussões das medidas de política econômica sobre o mercado de trabalho.

Tomando-se o saldo positivo de postos do período (somatório de todas as categorias de posição na ocupação que tiveram incremento), verifica-se que grande parte das vagas acrescidas está associada a uma situação de precarização. No RS, as evidências são mais pronunciadas, quase 70% dos postos gerados entre 1993 e 2002 podem ser considerados como de vínculos precários — 37,0% são empregados sem carteira³, 25,2% são trabalhadores por conta própria,⁴ e 5,7% são empregados domésticos (com e sem carteira assinada). As demais categorias integrantes do segmento formal do mercado de trabalho gaúcho contribuíram com 13,8% (funcionários públicos), 9,5% (empregadores) e 8,8% (empregados com carteira assinada). No Brasil, a participação das categorias vinculadas a formas de inserção precária no saldo de ocupações foi menor, quase 58%, sendo que 23,5% são empregados sem carteira, 23%, conta própria, e 11%, trabalhadores domésticos. O restante das categorias foi do setor formal — os empregados com carteira assinada contribuíram com 28,9% do total dos postos acrescidos; os empregadores, com 7,3%; e, por último, os funcionários públicos, com 6,8%.

Em termos estruturais, as mudanças foram pouco sentidas, e a importância relativa dos trabalhadores identificados com inserções precárias⁵ nos respectivos mercados de trabalho pouco se alterou, em razão de ritmos de crescimento muito próximos entre eles e os trabalhadores formais. No Brasil, em 1993, eram 40.773.485 indivíduos inseridos no mercado de forma precária, o que equivalia a 61,2% do total de ocupados, enquanto, no RS, eram 2.960.205, ou seja, 59,0% do total dos ocupados. Em 2002, o contingente aumentou nos dois espaços — 15,1% no Brasil e 8,7% no RS —, com um pequeno declínio na participação relativa, no Brasil (60,0%), e uma quase-estabilidade no RS (58,9%).

³ Nas tabelas originais da PNAD, eles aparecem sob a denominação “outros”.

⁴ Mesmo que, entre os trabalhadores por conta própria, se encontre uma parcela melhor escolarizada e qualificada, parece não haver dúvidas de que a associação entre informalidade e precarização da qualidade dos postos de trabalho é procedente.

⁵ Consideraram-se nessa condição os empregados sem carteira, os trabalhadores por conta própria, os empregados domésticos (com e sem carteira assinada), os não-remunerados, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso. Deve-se ter presente que, rigorosamente, essas categorias não poderiam ser analisadas de forma agregada, porque elas têm os seus níveis de emprego e de renda determinados por mecanismos distintos. Como aqui se pretende apenas levantar indicativos do rumo que o mercado de trabalho está tomando e não construir uma análise da evolução da informalidade, julga-se que o procedimento adotado não é comprometedora.

Por outro lado, a massa de trabalhadores que atua no setor formal — os empregados com vínculos legais de trabalho (os que têm carteira de trabalho assinada⁶ e os funcionários públicos estatutários e militares) e os empregadores — experimentou, no Brasil, um acréscimo praticamente idêntico ao do total da ocupação, de 17,5%, entre 1993 e 2002, e, no RS, de 8,5%.

Olhando-se por outro ângulo, exclusivamente o do movimento dos empregados sem e com carteira de trabalho assinada, tem-se que, tanto no Brasil quanto no RS, o ritmo de crescimento dos primeiros foi bem maior do que o dos segundos, notadamente no Estado. Entre 1993 e 2002, os empregados sem carteira, no Brasil, tiveram um aumento de 26,7% contra os 18,9% dos assalariados com carteira. Já no RS, a discrepância dos ritmos foi acentuadamente marcante: enquanto os empregados sem carteira experimentaram uma notável expansão de 46,1%, os empregados com carteira assinada alcançaram apenas 3,3%. No Estado, ao longo de quase todo o período, é nítida a “vantagem” dos assalariados sem vínculos, que cresceram muito mais do que aqueles com vínculos legais visivelmente entre 1998 e 1999, período em que os empregados sem carteira cresceram 9%, e os com carteira, 1,1%; e, entre 1999 e 2001, em que os sem carteira cresceram excepcionais 20,1%, e os com carteira, 5,6%. Digno de nota é também o movimento do início da série, em que os empregados com carteira recuaram 4,4% entre 1993 e 1995 e 2,4% entre 1995 e 1996, e os sem carteira cresceram 6,9% e 6,3% respectivamente. Sem dúvida, são evidências de um agravamento das condições de acesso e de permanência no mercado de trabalho, especialmente visível nos últimos anos, quando a recuperação do nível de ocupação foi sustentada pela expansão das atividades sem vínculos legais (Tabela 3).

⁶ Exceto os domésticos com carteira assinada, que foram incluídos nos vínculos precários.

Tabela 3

Evolução da ocupação, por posição na ocupação do trabalho principal,
no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL	
	1993	2002
TOTAL	5 017 430	5 463 661
Empregados	2 339 298	2 692 356
Com carteira de trabalho assinada	1 601 578	1 653 914
Funcionários públicos estatutários e militares	262 801	344 457
Outros	474 919	693 985
Sem declaração	-	-
Trabalhadores domésticos	314 505	348 138
Com carteira de trabalho assinada	103 771	126 597
Sem carteira de trabalho assinada	210 734	221 541
Sem declaração	-	-
Conta própria	1 078 606	1 227 970
Empregadores	192 846	248 835
Não remunerados	687 159	579 929
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	392 241	357 996
Trabalhadores na construção para o próprio uso	12 775	8 437
Sem declaração	-	-

(continua)

Tabela 3

Evolução da ocupação, por posição na ocupação do trabalho principal, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1993 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL (1)		Δ%	
	1993	2002	Rio Grande do Sul	Brasil
TOTAL	66 569 757	78 179 622	8,9	17,4
Empregados	34 860 135	42 408 306	15,1	21,7
Com carteira de trabalho assinada	19 295 163	22 933 176	3,3	18,9
Funcionários públicos estatutários e militares	4 108 781	4 991 101	31,1	21,5
Outros	11 432 711	14 479 949	46,1	26,7
Sem declaração	23 480	4 080	-	- 82,6
Trabalhadores domésticos	4 608 996	6 047 710	10,7	31,2
Com carteira de trabalho assinada	791 432	1 558 970	22,0	97,0
Sem carteira de trabalho assinada	3 808 000	4 486 920	5,1	17,8
Sem declaração	9 564	1 820	-	- 81,0
Conta própria	14 428 099	17 401 393	13,8	20,6
Empregadores	2 368 486	3 317 510	29,0	40,1
Não remunerados	6 971 532	5 756 737	-15,6	-17,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3 198 486	3 097 810	-8,7	-3,1
Trabalhadores na construção para o próprio uso	133 661	147 532	-34,0	10,4
Sem declaração	362	2 624	-	624,9

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1993; 2002.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2.3 - O perfil da força de trabalho ocupada

A mudança no perfil da população ocupada é uma das manifestações dessa nova configuração do mercado de trabalho. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e a crescente escolarização da mão-de-obra, aliada a

uma elevação da idade média dos trabalhadores, são flagrantes no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ainda que sejam expressões de uma mudança que não se circunscreve aos marcos do mercado de trabalho, pois está relacionada com a própria dinâmica demográfica, como se teve oportunidade de evidenciar anteriormente, revelam novas condições de funcionamento do tecido produtivo e, sobretudo, o estágio de desenvolvimento da própria sociedade.

No Brasil, percebe-se um avanço da participação feminina de 39,0% em 1993 para 41,3% em 2002, diferentemente do RS, onde as mulheres ocupavam um espaço maior no mercado de trabalho, mas não conseguiram ampliá-lo, conservando uma participação em torno de 43,5%. Sendo assim, revelam-se trajetórias distintas de homens e de mulheres trabalhadores no Brasil: o contingente de homens ocupados aumentou 13,0% entre 1993 e 2002, enquanto o de mulheres cresceu em uma proporção muito maior, 24,3%, refletindo o que já fora visto nos movimentos da PIA e, especialmente, da PEA. No RS, o movimento da força de trabalho feminina e o da masculina foram muito semelhantes, com vantagem para os últimos: um crescimento de 8,2% para as mulheres e de 9,4% para os homens, repetindo, igualmente, a tendência demográfica.

Uma manifestação sensível das mudanças nos mercados de trabalho gaúcho e brasileiro foi a melhora no perfil de escolaridade dos trabalhadores, o que está associado à comprovada elevação do patamar de escolaridade da população como um todo. Assinala-se uma mudança mais profunda entre os ocupados do Brasil, que passaram de 5,9 anos médios de estudo em 1993 para 7,4 em 2002, igualando-se à média dos trabalhadores do RS nesse ano, quando, em 1993, atingiam 6,3 anos médios de estudo. Evidenciam-se, assim, um decréscimo no número de trabalhadores nos níveis mais baixos de escolaridade e uma ampliação de contingente nos níveis mais elevados.

Alcançou-se uma condição de escolaridade que, a despeito dos avanços — especialmente no Brasil, onde o ritmo de variação estreitou a distância com o RS — ainda é insatisfatória, pois grande parte dos trabalhadores, em 2002, não havia completado o ensino fundamental (49,0% no RS e 42,2% no Brasil), e apenas uma minoria (7,4% nos dois casos) possuía diploma de curso superior. É promissor que a segunda maior concentração de trabalhadores esteja localizada na faixa daqueles que tinham pelo menos o ensino médio completo (20,9% no RS e 23,3% no Brasil), mas a percentagem de trabalhadores sem instrução ainda não é desprezível, notadamente no Brasil (10,7%).

O exame da população ocupada por faixa etária revela outra mudança perceptível no perfil dos trabalhadores gaúchos e brasileiros, que é a elevação da sua idade média. Entre 1993 e 2002, a idade média da população ocupada no RS aumentou de 36,2 anos para 38,1 anos, enquanto, no Brasil, esse aumento

foi de 34,3 para 36,2 anos, mantendo-se o Estado com uma idade média mais alta. Denota-se um avanço da participação dos estratos de idade mais altos em detrimento das faixas etárias inferiores.

2.4 - A evolução dos rendimentos médios reais

O rendimento do trabalho foi um dos poucos indicadores a evoluir favoravelmente, com ganhos reais generalizados, localizados no período imediatamente posterior à implantação do Plano Real, favorecendo especialmente as categorias ocupacionais associadas a uma condição de precarização.

O resultado do período, considerando-se os anos extremos, foi de um incremento no rendimento médio real dos trabalhadores, que foi maior no Brasil (13,2%) do que no RS (6,5%), concentrado mais nitidamente nos anos imediatamente pós-Real.⁷ No RS, os rendimentos médios reais cresceram 7,3% entre 1993 e 1995 e 6,1% entre 1995 e 1996, recuando entre 1996 e 1997 (-2,2%) e voltando a subir (2,6%) entre 1997 e 1998; nos anos seguintes, observaram-se quedas continuadas até o final do período, quando o rendimento médio real experimentou a inédita taxa de -4,8%, já absorvendo os efeitos da segunda fase do Plano Real. O mesmo verificou-se no âmbito nacional, com uma maior intensidade: os rendimentos médios reais no Brasil cresceram 13,7% nos dois primeiros anos da série (6,8% entre 1995 e 1996), diminuíram entre 1996 e 1997 (-1,84%) e cresceram novamente entre 1997 e 1998 (3,1%); a partir daí, registravam-se praticamente só taxas negativas, a maior delas entre 2001 e 2002 (-6%). Assim, o diferencial entre os rendimentos médios dos dois espaços reduziu-se: o RS continuava à frente, com R\$ 635,36 em 1993 e R\$ 676,50 em 2002, perdendo margem para o Brasil, que iniciou o período com um rendimento médio real de R\$ 558,04 e finalizou com R\$ 631,70.

Setorialmente, o maior ganho do período registrou-se no Terciário, com incrementos de 15,6% no RS e de 20,6% no Brasil, localizados nos primeiros anos. O Terciário, no Estado, diferentemente do País, exibiu os maiores rendimentos médios reais, uma vantagem que se ampliou significativamente no final da série, passando de R\$ 641,00 para R\$ 741,01. No Brasil, o rendimento médio real no Terciário evoluiu de R\$ 569,50 para R\$ 687,03 em 2002, ano em que conseguiu atingir o valor mais alto entre os setores. Deve-se considerar que

⁷ Estudos com base na PME do IBGE acusam ganhos salariais na média das seis regiões metropolitanas do Brasil, já nos últimos meses de 1994. Ver Fligenspan (2003).

o grosso da informalidade está no Terciário, e foram justamente os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira os que obtiveram os maiores ganhos nos primeiros anos do Real.⁸

O Setor Secundário alcançou incrementos de 7,4%, nos rendimentos médios reais, no RS e de 3,6% no Brasil, concentrados nos primeiros anos. O Secundário, tanto no RS quanto no Brasil, chama atenção pelas taxas negativas dos últimos anos, que culminou, entre 2001 e 2002, com a taxa de -6,1% no RS e de -7,8% no Brasil. Como consequência, o rendimento médio real no Secundário gaúcho aumentou de R\$ 586,63 em 1993 para R\$ 629,83 em 2002; no Brasil, passou de R\$ 619,13 para R\$ 641,35 nesse mesmo período, portanto, mais baixo no RS. Tomando-se a indústria de transformação de forma isolada, aparece um contraste entre os espaços: no RS, o rendimento médio real experimentou um ganho de 7,6% no cômputo geral do período, ao passo que, no Brasil, não se observou alteração. Os rendimentos do trabalho na indústria de transformação gaúcha reagiram melhor do que na indústria brasileira, sendo que as perdas, nos últimos anos, foram mais intensas na última — que chegou a registrar -9,2% entre 2001 e 2002 — do que na gaúcha, com -7,6%. Todavia, mesmo que, na totalidade do período, os rendimentos médios reais na indústria do RS tenham crescido mais, eles se mantiveram inferiores aos da indústria brasileira: no primeiro ano, eram de R\$ 586,30 no RS e R\$ 664,98 no Brasil; no último ano, R\$ 630,74 no RS e R\$ 666,49 no Brasil.

O Primário foi o único setor em que os ocupados sofreram perdas nos seus rendimentos médios reais no cômputo do período (-15,3% no RS e -2,6% no Brasil), verificando-se rendimentos médios reais mais altos no RS, onde caíram de R\$ 612,76 para R\$ 519,05, do que no Brasil, onde recuaram de R\$ 357,96 para R\$ 348,83 (Tabela 4)⁹.

⁸ A alta exagerada nos preços dos serviços, principalmente nos dois primeiros anos de valorização do real, justifica os ganhos mais acentuados de rendimento verificados nesses anos entre os conta-própria, já que muitos deles são prestadores de serviço. Como explica Fligenspan: “Isso ocorreu, em parte, pela falta de concorrência com serviços estrangeiros, em contraponto ao que acontecia com os chamados 'bens comercializáveis' — que constituíam a âncora do Plano —, em parte, porque a demanda havia se aquecido com a expansão geral da massa de rendimentos, o que sustentava elevações de preços” (Fligenspan, 2003, p. 11).

⁹ É preciso registrar que grande parte dos ocupados no Setor Primário não detinham rendimentos, especialmente no RS, onde eram 60,3% em 1993 e 56,1% em 2002. No Brasil, eram um pouco menos da metade dos ocupados no campo, de 45,8% passaram para 43,8% em 2002.

Tabela 4

Evolução do rendimento médio real, por setores de atividade,
no RS e no Brasil — 1993-2002

DISCRIMINAÇÃO	1993	1995	1996	1997
RIO GRANDE DO SUL				
Total	635,36	681,97	723,26	707,32
Primário	612,76	502,22	527,96	521,69
Secundário	586,63	694,35	687,84	682,09
Indústria de transformação	586,30	700,49	696,72	694,73
Terciário	641,00	708,33	768,67	745,13
Atividades mal definidas ou não declaradas	1 090,46	984,78	1 103,08	1 154,83
BRASIL				
Total	558,04	634,53	677,91	665,44
Primário	357,96	350,91	379,24	358,20
Secundário	619,13	731,82	756,20	733,38
Indústria de transformação	664,98	762,67	788,31	767,33
Terciário	569,50	657,44	708,01	702,60
Atividades mal definidas ou não declaradas	1 077,25	1 131,07	1 143,71	1 133,22
DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2001	2002
RIO GRANDE DO SUL				
Total	725,98	723,81	710,37	676,50
Primário	470,45	503,44	507,04	519,05
Secundário	696,59	682,80	670,73	629,83
Indústria de transformação	702,06	687,38	682,44	630,74
Terciário	790,55	783,60	766,57	741,01
Atividades mal definidas ou não declaradas	923,36	920,49	926,21	283,71
BRASIL				
Total	685,94	670,63	672,66	631,70
Primário	361,20	367,62	362,70	348,83
Secundário	737,24	711,79	695,35	641,35
Indústria de transformação	789,05	750,82	734,14	666,49
Terciário	726,81	714,46	713,82	687,03
Atividades mal definidas ou não declaradas	1 146,91	1 116,87	1 130,86	382,41

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1993; 1995-1999; 2001-2002.

- NOTA: 1. Rendimento médio, em setembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de abril de 2004, excluídos os sem declaração e os sem rendimento.
2. O rendimento médio corresponde à média ponderada calculada tomando-se o ponto médio do intervalo salarial correspondente à cada faixa e a frequência da mesma faixa, excetuando-se as faixas extremas — até meio salário mínimo e mais de 10 salários mínimos —, nas quais se consideraram o limite superior no primeiro caso e o limite inferior no outro.

O exame da evolução dos rendimentos médios reais de homens e mulheres acusou que, a despeito dos avanços alcançados, persiste a segregação por gênero nos mercados de trabalho brasileiro e gaúcho. O diferencial de rendimentos que desfavorece as mulheres relativamente aos homens atravessou toda a série, embora, de uma forma geral, essa discrepância tenda a diminuir de intensidade, em função de ritmos de crescimento dos rendimentos mais acentuados para a população ocupada feminina do que para a masculina. Entre os extremos da série, constata-se um incremento, no RS, de 13,6% para as mulheres e de 4,8% para os homens e, no Brasil, de 25% para elas e de 10,2% para eles. Com isso, o rendimento médio real das mulheres, que, no RS, era de 68% do dos homens, passou para 74%, e, no Brasil, essa relação passou de 64% para 84% em 2002. Ou seja, no RS, as remunerações das mulheres mostravam-se relativamente mais desfavoráveis do que no Brasil. O fosso que separa os salários de homens e de mulheres foi menor no Brasil: em 2002, o RS apresentou um rendimento médio real de R\$ 752,26 para os homens e de R\$ 557,35 para as mulheres, e o Brasil, de R\$ 693,52 para eles e de R\$ 534,88 para elas.

As medidas de política econômica também incidiram diferentemente, conforme a categoria ocupacional e a forma de inserção no mercado de trabalho. Analisando-se os rendimentos médios reais de acordo com a posição na ocupação, percebem-se perdas no RS para duas posições e ganhos generalizados no Brasil, só que com intensidades totalmente distintas, a começar pelos trabalhadores domésticos, que alcançaram a maior variação no rendimento médio real entre 1993 e 2002 (43,0% no RS e 52,8% no Brasil), mas eram as remunerações mais baixas em ambos os mercados e representavam uma parcela menor dos ocupados. Excetuando-se estes, foram os empregados sem carteira de trabalho assinada os mais beneficiados com a política distributiva dos primeiros anos do Plano Real, experimentando, no cômputo do período, um incremento de 25% no RS e de 49% no Brasil, enquanto os com carteira tiveram uma variação de 11,9% nos rendimentos médios reais no RS e de 8,5% no Brasil. Os funcionários públicos, os estatutários e os militares tiveram um crescimento de 13,3% no rendimento médio no Estado e de 35,5% no Brasil. Os trabalhadores por conta própria e os empregadores sofreram perdas nas suas remunerações, no RS, de -3,2% e -9,5% respectivamente, e ganhos, no Brasil, de 8,5% e 11,1% respectivamente.

Comparando-se a composição da massa salarial de acordo com as categorias de posição na ocupação nos dois anos extremos da série, obteve-se outra evidência do avanço da precarização. Em 1993, a participação dos ocupados com carteira assinada na massa total de rendimentos era de 41,2% no Brasil e de 38,0% no RS, ao mesmo tempo em que o somatório das categorias consi-

deradas como vínculos precários chegava a 33,7% no Brasil e a 34,6% no RS.¹⁰ Em 2002, estreitaram-se as distâncias: no Brasil, as parcelas ficaram muito próximas, o pessoal com carteira perdeu participação, recuando para 36,7%, e as categorias típicas de vínculos precários passaram para 35,8%, enquanto, no RS, as participações praticamente se igualaram, 35,5% e 35,7% respectivamente.

3 - A evolução do desemprego

A deterioração das condições gerais do mercado de trabalho expressa-se de forma eloqüente na elevação das taxas de desemprego, que, tanto no Brasil quanto no RS, mostraram uma continuada marcha ao longo dos anos analisados. O RS sempre apresentou taxas de desemprego menores do que as do Brasil; em 1993, situava-se em 4%, elevando-se para 6,7% em 2002, enquanto, no Brasil, ela subiu de 6,2% para 9,2%. Registram-se o ano de 1998 como o da maior taxa de desemprego no período para o RS (7,6%) e o de 1999 para o Brasil (9,6%). Os segmentos mais atingidos pelo desemprego foram especialmente as mulheres e os jovens com até 24 anos. No RS, do total de mulheres economicamente ativas em 1993, 4,8% estavam desempregadas, ao passo que, entre os homens economicamente ativos, 3,3% se encontravam desempregados; já em 2002, o diferencial entre as taxas ampliou-se, a taxa de desemprego das mulheres atingiu 8,7%, e a dos homens, 5,1%. No âmbito nacional, também se ampliaram as distâncias entre as taxas masculinas e as femininas, sendo que as mulheres saíram de uma taxa de desemprego de 7,4% e chegaram, ao final da série, a 11,6%, enquanto para os homens as taxas evoluíram de 5,4% para 7,4%.

O corte etário mostra nitidamente que as maiores taxas de desemprego se encontram nas faixas mais jovens. No RS, as faixas com as maiores taxas foram as de 10 a 17 anos, que elevou a sua taxa de 9,7% para 13,1%, e a de 18 a 24 anos, que experimentou um crescimento de 7,9% para 14,8%, enquanto as restantes tiveram taxas abaixo de 3,5% em 1993 e de 6% em 2002. O mesmo repetiu-se no Brasil, onde o primeiro estrato saiu de uma taxa de desemprego de 11,7% em 1993 e chegou a 18,5% em 2002; o segundo, de 10,8% foi para 17%, cabendo incluir, no caso do País, o estrato de 25 a 39 anos, que teve uma taxa

¹⁰ A diferença para 100% é dada pela participação da categoria empregadores e pela de funcionários públicos, estatutários e militares.

de desemprego de 5,2%, a qual se elevou para 7,7%; o restante exibiu taxas bem inferiores.

A observação da condição do desemprego por níveis de escolaridade mostra que as maiores taxas se encontravam entre os indivíduos que estavam acima da média de anos de estudo da PEA. No RS, a maior taxa de desemprego encontrava-se no estrato dos que tinham o fundamental completo e o médio incompleto (7,0% em 1993 e 10,2% em 2002), seguido pelo estrato dos que tinham o médio completo e o superior incompleto (4,5% e 8,4%). No Brasil, também foram os trabalhadores das faixas de ensino fundamental completo e médio incompleto os mais afetados, com taxas de desemprego de 9,9% e de 13,8% no final do período, vindo abaixo a faixa daqueles com ensino médio completo e superior incompleto, com 6,2% e 10,4%, cabendo registrar, ainda, a faixa de menor escolarização — a do fundamental incompleto —, com taxas de desemprego igualmente destacáveis, 6,6% e 8,6% em 2002.

4 - Considerações finais

O Plano Real, embora tenha controlado a inflação — e aí reside o seu grande mérito —, deixou um legado amargo para o mercado de trabalho, até certo ponto esperado. Em um cenário de abertura comercial agressiva, valorização cambial artificial e taxas de juros elevadas, não causam estranheza o ritmo contido de expansão da ocupação e, sobretudo, o avanço das formas de inserção precárias no mercado de trabalho. A busca forçada de redução de custos e de ganhos de produtividade, forte indutor desse movimento, aliada à ausência de um crescimento econômico sustentado, custou caro para a sociedade brasileira, especialmente para os trabalhadores, que sofreram com o fechamento de milhares de vagas na indústria, visivelmente nos primeiros anos da década de 90, com a perda da qualidade dos postos de trabalho e com a exclusão proveniente da ampliação do desemprego.

O período enfocado foi marcado por duas conjunturas distintas, que correspondem às duas fases do Plano Real. Na primeira, a tônica foram a valorização da moeda e a redução dos preços dos produtos importados; na segunda, o Governo viu-se forçado a deixar o câmbio flutuar, acabando por adotar o sistema de metas de inflação, o que inaugurou um novo momento na política macroeconômica. Durante a primeira fase do Plano Real (1994 a 1998), o desempenho da economia brasileira, traduzido nas taxas de variação do PIB, foi frágil e inconstante. Para a economia do RS, o período foi mais crítico ainda, o Estado sofreu mais diretamente as restrições às exportações, com uma

performance muito aquém da alcançada pela economia brasileira. Quando se inaugurou a segunda fase do Plano Real (1999 a 2002), a economia gaúcha respondeu positivamente de uma forma quase imediata, com uma taxa de variação muito acima da nacional, invertendo-se as posições: o PIB gaúcho assumiu a dianteira, com um desempenho médio anual superior ao do PIB do Brasil.

A performance do mercado de trabalho não fugiu desse enquadramento econômico. Como se evidenciou ao longo da análise empreendida, o Rio Grande do Sul foi mais duramente atingido comparativamente ao Brasil. No cômputo geral do período, o nível de ocupação no âmbito estadual cresceu muito menos do que no agregado nacional (8,9% contra 17,4%). Os desempenhos setoriais, excetuando-se o Setor Primário, em que o Estado teve um recuo na ocupação menor do que o do País, também foram piores para o RS: a ocupação no Terciário gaúcho cresceu 21,6%, enquanto, no País, cresceu 36,2%; no Secundário gaúcho, ela cresceu 14,1%, enquanto, no Brasil, exibiu uma taxa de 21,2%; a ocupação na indústria de transformação do RS cresceu praticamente a metade do que cresceu no Brasil (12,0% contra 23,8%). A deterioração das condições gerais do mercado de trabalho expressa no aumento das inserções precárias também parece ter sido mais aguda no cenário estadual, onde quase 70% dos postos acrescidos entre 1993 e 2002 estavam associados a uma condição de precarização, em contraste com os 58% do Brasil. Soma-se a isso o fato de o ritmo de crescimento dos empregados sem carteira ter sido maior do que o dos com carteira, acentuadamente no caso do RS, em que os primeiros cresceram 46,1%, e os segundos, apenas 3,3%. No Brasil, a discrepância foi bem menor. O número de assalariados sem vínculos variou 26,7%, e o dos com vínculos, 18,9%. A trajetória dos rendimentos médios reais foi igualmente mais adversa para o RS, que experimentou um incremento muito menor (6,5%) do que o verificado para o Brasil (13,2%), mas, mesmo assim, conservando o rendimento médio real mais alto frente ao do País.

As conjunturas econômicas que compõem o período ficaram bem marcadas no mercado de trabalho, como se teve oportunidade de mostrar. Enfatiza-se a inflexão na ocupação para patamares mais altos a partir de 1999, indicando que a adoção do câmbio flutuante repercutiu favoravelmente sobre a ocupação. Destaca-se o efeito imediato do abandono da âncora cambial sobre o nível de ocupação na indústria gaúcha, que reagiu na frente da nacional, com uma taxa de variação de 5,6% entre 1998 e 1999 contra os 0,6% da indústria brasileira.

O desemprego seguiu a sua marcha forçada por todo o período, agravando-se a partir de 1998, atingindo, no Brasil, uma taxa de 9,2% em 2002. O RS sempre mostrou taxas de desemprego menores, alcançando 6,7% no último

ano. Nos dois âmbitos, as mulheres e os jovens foram os segmentos mais afetados pelo desemprego, cabendo realçar o crescimento mais intenso do desemprego entre os trabalhadores relativamente mais escolarizados, o que contraria o entendimento de que a maior escolaridade, por si só, garantiria uma inserção mais favorável no mercado de trabalho.

O exame do movimento demográfico — um fator decisivo para conformar as condições gerais do mercado de trabalho — mostra que a deterioração do mercado de trabalho no RS ocorreu, não obstante uma redução da pressão sobre o mesmo, pois a taxa de participação (percentual dos integrantes da PIA que participam da PEA) evidenciou queda de 69,3% em 1993 para 66,9% em 2002, diferentemente do Brasil, em que as taxas não se alteraram, mantendo-se, nos dois extremos da série, em torno de 61%. Seria de se esperar eventuais correlações entre taxa de participação e taxa de desemprego, no entanto, nesse nível de análise, não foi possível expressar esses nexos.

A elevação do patamar de escolaridade e da idade média da PIA e da PEA rebateu no mercado de trabalho, observando-se mudanças, no mesmo sentido, no perfil da população ocupada. Verifica-se ainda que a velocidade das mudanças foi maior no Brasil, que saiu de um patamar inferior ao do RS em todos os atributos considerados e chegou, no final do período, muito próximo ao do Estado, até mesmo igualando-se, como no quesito escolaridade média.

Referências

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 140-69, 1998.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO (ABET), **Anais...** [S. l.: s. n.], 2003. p. 11. (CDRom).

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **Mercado de trabalho** — conjuntura e análise, Brasília: IPEA/MTE, n.19, p. 51-6, jun. 2002.

XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. B. (coord). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE, 2000. p. 248-316.